

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DA
ESCOLA SUPERIOR DA CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE
SÃO PAULO.**

04.09.15

Ao quarto dia do mês de setembro de dois mil e quinze, às nove horas e trinta minutos, na sede social da CETESB - COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, sita à Avenida Professor Frederico Hermann Jr., nº 345, na Capital do Estado de São Paulo, realizou-se a segunda reunião ordinária do Conselho de Orientação da Escola Superior da CETESB, sob a presidência do Senhor Conselheiro OTAVIO OKANO, que na ocasião justificou a ausência do Conselheiro EDSON TOMAZ DE LIMA FILHO, Diretor de Gestão Corporativa da CETESB, e assumiu a condução dos trabalhos. Estiveram presentes os(as) Senhores(as) Conselheiros(as) ANA CRISTINA PASINI DA COSTA, ANTONIO CARLOS ROSSIN, ARISTIDES DE ALMEIDA ROCHA, ARUNTHO SAVASTANO NETO, CARLOS ROBERTO DOS SANTOS, FERNANDO PADULA NOVAES, JOÃO VICENTE DE ASSUNÇÃO, NELSON R. BUGALHO, MARCOS SORRENTINO e MARIA CECÍLIA WEY DE BRITO. Esteve também presente a Sra. TÂNIA MARA TAVARES GASI, Gerente da Divisão de Gestão do Conhecimento da CETESB e Secretária Executiva do Conselho de Orientação, que secretariou a reunião. Aberto os trabalhos, o Conselheiro OTAVIO OKANO, Presidente da CETESB, deu as boas vindas a todos os Conselheiros e propôs uma rodada de apresentações, o que ocorreu na sequência. **Assinatura do Regimento Interno da Escola Superior da CETESB - ESC e da Ata da 1ª Reunião Ordinária (de 29/10/2014).** Os documentos foram assinados por todos os presentes, serão digitalizados para envio aos Conselheiros e ficarão arquivados no Processo CETESB Nº 86/2013/310/V. **Calendário das Reuniões.** O assunto foi debatido e optou-se por manter o calendário de reuniões conforme indicado no Regimento, ou seja, uma reunião ordinária anual e reuniões extraordinárias a serem convocadas pelo Presidente do Conselho ou por solicitação de pelo menos 2/3 de seus membros. Em ambos os casos, a convocação deverá ser feita com o mínimo de 30 (trinta) dias corridos de antecedência. **Informação sobre o pedido de credenciamento da ESC junto ao Conselho Estadual de Educação.** A Secretária Executiva do Conselho, Sra. Tânia M.T. Gasi informou que a CETESB entrou, em novembro de 2014, com pedido de credenciamento da Escola Superior da CETESB junto ao Conselho Estadual de Educação – CEE, bem como com solicitação para autorizar curso de especialização *lato sensu* intitulado “Conformidade Ambiental com Requisitos Técnicos e Legais”. A elaboração do projeto pedagógico do referido curso contou com um Grupo de Trabalho indicado pela Presidência da CETESB, com representantes de todas as Diretorias. O curso prevê 14 disciplinas obrigatórias e uma optativa, totalizando 450 (quatrocentos e cinquenta) horas-aula, não computados os períodos para estudos, realização de trabalhos e elaboração do trabalho de conclusão de curso. Por meio da Portaria CEE-GP 196 de 20-05-2015 foram designados os Especialistas Prof. Carlos Alberto de Oliveira Matos e Prof^a. Rosângela Maria Cunha para vistoriar a ESC e emitir relatório circunstanciado. A vistoria ocorreu no dia 09/06/2015 e no momento aguarda-se a decisão do CEE. O Conselheiro OTAVIO OKANO agradeceu a orientação prestada pelo Conselheiro FERNANDO PADULA NOVAES neste processo. **Apresentação do Relatório de Atividades da ESC em 2014.** A apresentação, conduzida pela Secretária Executiva, mostrou um resumo dos principais resultados alcançados pela ESC em 2014. **Dados gerais.** Em 2014 foram

organizados pela ESC 164 cursos, com a participação de 4.569 alunos internos e externos, sendo 3.140 funcionários da CETESB e 1.429 profissionais externos (933 pagantes e 496 isentos). A participação de público externo isento do pagamento de taxas de inscrição decorre de convênios celebrados pela CETESB com diversas instituições, bem como de obrigações assumidas pela CETESB com Centro de Referência em questões ambientais, como por exemplo o Centro Regional para a Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes e Mercúrio; de qualquer forma, está sempre prevista uma contribuição por parte dos parceiros. A receita dos Cursos e Treinamentos Práticos Especializados - TPEs da Agenda Aberta foi de R\$ 1.139.972,62 (um milhão, cento e trinta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e dois centavos), enquanto que a dos cursos fechados para clientes foi de R\$ 113.193,49 (cento e treze mil, cento e noventa e três reais e quarenta e nove centavos), totalizando R\$ 1.253.166,11 (um milhão, duzentos e cinquenta e três reais, cento e sessenta e seis reais e onze centavos). A evolução da receita mostra que foi atingido um patamar e que é necessário facilitar a venda dos cursos para aumentar a arrecadação, como adotar cartão de crédito. Participaram 230 funcionários da CETESB em cursos externos, congressos e outros eventos, com despesas para inscrições, passagens e estadia de R\$ 318.951 (trezentos e dezoito mil, novecentos e cinquenta e hum reais). A maior parte dessas capacitações foi no município de São Paulo (72%), enquanto que os treinamentos internacionais abrangeram 5%. O total de participações da CETESB em programas de pós-graduação em 2014 foi de 78 funcionários, dos quais nove encerraram seus cursos neste ano. Considerando cursos internos, externos, congressos e outros eventos, as médias de capacitações por funcionário foram de 1,84 capacitações/funcionário.ano e 32,1 horas de capacitação/funcionário.ano. **Atividades da ESC em Ensino.** Incluem: (a) cursos internos, que são organizados em 4 eixos: Gestão Ambiental, Gestão Empresarial, Formação Líderes, PD&I (Pós-graduação, Seminários); (b) cursos externos, na forma de Agenda de Cursos e TPEs; (c) Participação de funcionários da CETESB em cursos externos, congressos e outros eventos, nacionais e internacionais. Novas linhas de atuação previstas são: (i) investir mais em EaD; (ii) oferecer Curso de Pós-Graduação CETESB; e (iii) desenvolver trilhas de aprendizagem. **Atividades da ESC em Pesquisa.** A atividade de pesquisa é atribuição legal da CETESB, estando contemplada em todas as legislações que definiram as atribuições da empresa, e mais recentemente na Lei nº 13.542 (08/05/2009). O número significativo de pesquisas em andamento (em parceria e com recursos de FAPESP, DERSA, FEHIDRO, CNPq e outros), aliado ao interesse das universidades em receber sugestões e cooperação da CETESB para desenvolver PD&I, bem como a necessidade de definir política e estrutura de governança na empresa, levou a Diretoria da CETESB criar o Comitê de PD&I. A próxima etapa é o levantamento interno de temas de pesquisa de interesse da CETESB. **Atividades da ESC em Extensão.** Incluem: (a) realizar cursos em parceria, como o Curso Internacional em Gestão de POPs para países da América Latina e Caribe, além de outros; (b) oferecer vagas para estagiários de pós-graduação nos laboratórios; e (c) firmar parcerias com instituições como UNESP, ESALQ, Senac, FDTE/Poli, Corpo de Bombeiros, Escola Paulista de Magistratura, Naturatins, entre outros. Novas linhas de atuação previstas são: (i) realizar cursos para Prefeituras em Licenciamento Ambiental; (ii) ampliar a transferência de conhecimentos na área ambiental para o público em geral. **Debate sobre as linhas de atuação da ESC.** Discutiu-se sobre a necessidade e a oportunidade em oferecer cursos para as prefeituras municipais na área de

licenciamento ambiental. O Conselheiro ARUNTHO SAVASTANO NETO, complementado pelos demais Diretores da CETESB, esclareceu que devido à Deliberação CONSEMA Normativa 01/2014 (23/04/2014) os municípios fazem uma declaração de que estão aptos a licenciar e recebem autorização para tanto, existindo 46 municípios habilitados dessa forma. Na realidade, existe a necessidade de capacitação dos técnicos municipais e há casos em que as prefeituras não estão emitindo licenças e os empreendedores estão aguardando. No modelo anterior, antes da referida Resolução, havia a celebração de um convênio entre a CETESB e as prefeituras interessadas em emitir as licenças, que previa treinamento teórico e prático para os técnicos municipais. Na situação atual este formato de treinamento deve ser revisto, pois o escopo e o porte dos empreendimentos licenciáveis foram consideravelmente ampliados; a estruturação de um novo curso está em andamento. A Conselheira ANA CRISTINA PASINI DA COSTA ressaltou que a CETESB necessariamente deverá atuar nos casos em que as prefeituras não realizem o licenciamento municipal de forma adequada. Comentários dos Conselheiros destacaram a oportunidade de organizar os cursos para as prefeituras, estabelecer linhas de capacitação e utilizar o ensino à distância. O Conselheiro JOÃO VICENTE DE ASSUNÇÃO perguntou como é a avaliação dos cursos. A Secretária Executiva ponderou que este é um tema complexo e informou que há avaliação de resposta para todos os cursos externos e internos (avaliação do curso, docentes e apoio e infraestrutura) e avaliação de aprendizado no âmbito do sistema de qualidade laboratorial. O Conselheiro CARLOS ROBERTO DOS SANTOS ressaltou que esta é uma necessidade prevista pela Norma ABNT NBR ISO/IEC 17.025:2005 e seguida pelos laboratórios da CETESB, que são acreditados. O Conselheiro OTAVIO OKANO ressaltou a importância de prever avaliação de aprendizado no âmbito da ESC. O Conselheiro MARCOS SORRENTINO perguntou sobre o Projeto Político Pedagógico da ESC, que deve contemplar as diversas formas de avaliação. O Conselheiro ANTONIO CARLOS ROSSIN ponderou que para a formação de especialistas na área de controle ambiental, por meio de disciplinas obrigatórias, específicas para pré-requisitos e optativas, é necessário contemplar as diversas etapas do processo de controle. Este processo envolve conhecer o estado atual e o desejado do meio ambiente, a ação requerida para entrar em conformidade, os sensores para avaliação e as ações de conformidade. O Conselheiro ANTONIO CARLOS ROSSIN colocou-se à disposição para colaborar com o desenvolvimento das disciplinas. A Conselheira Maria Cecília sugeriu que a ESC ofereça não apenas cursos técnicos, mas que procure sensibilizar as lideranças para que essas entendam a lógica das ações ambientais e, dessa forma, proporcionem o apoio necessário à atuação das instituições. Sugeriu a realização de encontros, seminários e outros eventos com prefeitos, secretários municipais de meio ambiente e outras lideranças, no que foi apoiada pelos demais conselheiros. O Conselheiro Assunção sugeriu levantar as necessidades dos municípios e incluir no Projeto Político Pedagógico. O Conselheiro OTAVIO OKANO ressaltou que a ESC deverá pensar como fazer a interface com as prefeituras, especialmente os dirigentes. O Conselheiro Nelson falou sobre o papel estratégico que a Escola pode desempenhar, lembrando que hoje muitas ações da CETESB são contestadas, o que sugere a importância de promover cursos para os peritos do Ministério Público e outras entidades vinculadas ao Poder Judiciário. O Conselheiro MARCOS SORRENTINO sugeriu que a ESC inicie a construção de proposta estruturante de Projeto Político Pedagógico - PPP, com base em um diálogo com os públicos interno e externo, com vistas ao

levantamento de demandas. É necessário construir os marcos situacional, conceitual e operacional do PPP, prever como será a avaliação e contemplar o Ensino a Distância; o Conselheiro MARCOS SORRENTINO colocou-se à disposição para colaborar neste processo. O Conselheiro CARLOS ROBERTO DOS SANTOS sugeriu que os Conselheiros sejam incluídos na *mailing list* da ESC. **Conclusão.** Ficou definido que a ESC deverá elaborar proposta de PPP a ser apresentado ao Conselho de Orientação em próxima reunião a ser convocada. Deverá também elaborar proposta de organização de eventos para sensibilizar lideranças estaduais nas questões ambientais. Nada mais havendo a tratar, o Conselheiro OTAVIO OKANO agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos Conselheiros e por mim, Secretária.

Otávio Okano
Conselheiro - Presidente

Nelson R. Bugalho
Conselheiro

Ana Cristina Pasini da Costa
Conselheira

Aruntho Savastano Neto
Conselheiro

Carlos Roberto dos Santos
Conselheiro

Antonio Carlos Rossin
Conselheiro

Aristides de Almeida Rocha
Conselheiro

Fernando Padula Novaes
Conselheiro

João Vicente de Assunção
Conselheiro

Marcos Sorrentino
Conselheiro

Maria Cecília Wey de Brito
Conselheira

Tânia Mara Tavares Gasi
Secretária Executiva